

TERMO DE REFERÊNCIA

1. REQUERENTE: José Nogueira da Cunha – Secretário de Obras e Urbanismo

2. OBJETO: Aquisição de equipamentos de segurança, EPIs e produtos adequados atendendo ao Termo de Ajustamento de Conduta – TAC no bojo do Inquérito Civil n. 0028.23.000031-8, firmado entre o Município de Bom Jardim de Minas e o Ministério Público de Minas Gerais – Promotoria Andrelândia com prazo urgente corrente para cumprimento pelo Município de Bom Jardim de Minas.

2.2. A aquisição prevista será de acordo conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	BONÉ DE ABA LARGA. TAMANHO GRANDE. COR A SER ESCOLHIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. REVESTIDO EM TELA PARA FAVORECER TRANSPIRAÇÃO E REFRIGERAÇÃO.	UNIDADE	4	49.7633	199,05
002	CARTEIRA ANTIFURTO COM EMBLEMA DA REPÚBLICA SÓLIDO E IDENTIFICAÇÃO SÓLIDA “FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL”.	UNIDADE	4	245.9633	983,85
003	CINTO PORTA-FERRAMENTAS PARA CARREGAR INSTRUMENTOS DE TRABALHO COMO PRANCHETAS, CELULARES OU TABLETS COM CONFORTO. TODOS OS TAMANHOS.	UNIDADE	4	104.9300	419,72
004	COLETE TÁTICO FUNCIONAL DE IDENTIFICAÇÃO, COR A SER ESCOLHIDA PELA ADMINISTRAÇÃO, ESCRITO ATRÁS “FISCALIZAÇÃO” NA COR A SER ESCOLHIDA PELA ADMINISTRAÇÃO COM TIPOGRAFIA SEM SERIFA, COM BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS BORDADO NA FRENTE COM LARGURA DE 5CM. COM VELCRO PARA INSERÇÃO DE TARJA DE IDENTIFICAÇÃO.	UNIDADE	4	336.6000	1.346,40
005	UM COMPUTADOR COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: 1 . PROCESSADOR: PROCESSADOR COM 6 NÚCLEOS E 12 THREADS, FREQUÊNCIA BASE DE 3,5 GHZ (OU SUPERIOR) E TURBO DE ATÉ 4,4 GHZ (OU SUPERIOR), IDEAL PARA APLICAÇÕES QUE DEMANDAM ALTO DESEMPENHO E EFICIÊNCIA. DEVE CONTAR COM CACHE TOTAL DE NO MÍNIMO 35 MB QUE PROPORCIONE MAIOR AGILIDADE NO PROCESSAMENTO DE DADOS. DEVE SER COMPATÍVEL COM SOQUETE AM4. 2 . WATER COOLER: SISTEMA DE RESFRIAMENTO LÍQUIDO COM VENTILADOR DE 120 MM, DE ALTO DESEMPENHO TÉRMICO, COMPATÍVEL COM GABINETES QUE SUPORTEM RADIADORES DE 120 MM QUE GARANTA FLUXO DE AR EFICIENTE E OPERAÇÃO SILENCIOSA.	UNIDADE	1	10378.0000	10.378,00

	<p>3 . PLACA-MÃE: MODELO NO FORMATO MICRO-ATX (M-ATX), COMPATÍVEL COM PROCESSADORES DE SOQUETE AM4, ADEQUADA PARA CONFIGURAÇÕES BASEADAS NA PLATAFORMA AMD. EQUIPADA COM O CHIPSET AMD B550, SUPORTE A MEMÓRIAS DDR4, DE ALTA VELOCIDADE E DESEMPENHO EM MULTITAREFAS. CONECTIVIDADE MODERNA E SUPORTE A RECURSOS AVANÇADOS.</p> <p>4 . MEMÓRIA: CONJUNTO DE 2 MÓDULOS DE MEMÓRIA CADA UM COM CAPACIDADE DE 16 GB OU 1 MÓDULO DE MEMÓRIA COM CAPACIDADE DE 32, PADRÃO DDR4, OPERANDO A 3200 MHZ (OU SUPERIOR) COM LATÊNCIA CAS 19. DEVE SER COMPATÍVEL COM A PLACA-MÃE DESCRITA DESTES ITENS.</p> <p>5 . ARMAZENAMENTO: UMA OU DUAS UNIDADES DE ESTADO SÓLIDO, COM CAPACIDADE SOMADA DE 2 TB (OU SUPERIOR), FORMATO M.2 2280 E INTERFACE PCIE NVME, DE ALTO DESEMPENHO E VELOCIDADE DE ACESSO A DADOS. TAXAS DE LEITURA DE ATÉ 6000 MB/S E GRAVAÇÃO DE ATÉ 4000 MB/S.</p> <p>6 . PLACA DE VÍDEO: GPU EQUIPADA COM 12 GB DE MEMÓRIA GDDR6 E INTERFACE DE 192 BITS, DE ALTO DESEMPENHO GRÁFICO PARA APLICATIVOS 3D COMO CAD E GIS. SUPORTE ÀS TECNOLOGIAS COMO RAY TRACING E DLSS, CAPACIDADE DE PERFORMAR COM GRÁFICOS REALISTAS E MAIOR EFICIÊNCIA EM PROCESSAMENTO VISUAL. DEVE INCLUIR DOIS VENTILADORES DE ALTO DESEMPENHO PARA MANTER TEMPERATURAS IDEIAIS. DEVE SER COMPATÍVEL COM A PLACA-MÃE DESCRITA NESTE ITEM.</p> <p>7 . FONTE DE ALIMENTAÇÃO: FONTE COM POTÊNCIA DE 500 W (OU SUPERIOR), CERTIFICAÇÃO 80 PLUS BRONZE OU EQUIVALENTE, DE ALTA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MENOR DESPERDÍCIO DE ENERGIA. DEVE SUPORTAR SISTEMAS MODERNOS, OFERECER ESTABILIDADE E PROTEÇÃO CONTRA SURTOS, CURTO-CIRCUITOS E SOBRECARGAS. DEVE ATENDER ESTAÇÕES DE TRABALHO QUE DEMANDAM CONFIABILIDADE E DESEMPENHO CONTÍNUO. DEVE TER OPERAÇÃO SILENCIOSA, SENDO UMA SOLUÇÃO EFICIENTE E SEGURA PARA DIVERSAS CONFIGURAÇÕES DE HARDWARE.</p> <p>8 . GABINETE: O GABINETE DEVE SER SUFICIENTE PARA COMPORTAR DE FORMA EFICIENTE TODOS OS COMPONENTES CITADOS NESTE ITEM.</p> <p>9 . CABO DE VÍDEO: COM COMPRIMENTO DE 1,5 METROS OU SUPERIOR, IDEAL PARA TRANSMISSÃO DE VÍDEO E ÁUDIO DE ALTA QUALIDADE ENTRE DISPOSITIVOS COMPATÍVEIS. ALTA DURABILIDADE, ADEQUADO PARA MONITORES DE ALTA RESOLUÇÃO, DEVE PROPORCIONAR CONEXÕES ESTÁVEIS E DESEMPENHO OTIMIZADO.</p> <p>CABO DE FORÇA: CABO DE FORÇA COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,5 METROS E 3</p>				
--	--	--	--	--	--

	PINOS, IDEAL PARA ALIMENTAR DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS QUE EXIGEM CONEXÃO COM TOMADA PADRÃO. REVESTIDO EM MATERIAL DURÁVEL, DEVE GARANTIR RESISTÊNCIA E SEGURANÇA NO FORNECIMENTO DE ENERGIA PARA COMPONENTES DE COMPUTADOR, MONITORES E OUTROS EQUIPAMENTOS. DEVE SER CONFIÁVEL PARA GARANTIR A ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA ESTÁVEL EM DIVERSOS DISPOSITIVOS.				
006	DECIBELÍMETRO DE CLASSE 1 (ALTA PRECISÃO). FAIXA TÍPICA: 30 (LIMITE INFERIOR MÁXIMO) DB A 180 DB (LIMITE SUPERIOR MÍNIMO). TIPO: CONDENSADOR DE PRECISÃO, COM CÁPSULA DE ALTA SENSIBILIDADE. TAMANHO: GERALMENTE 1/2 POLEGADA, IDEAL PARA MEDIÇÕES DE PRECISÃO. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: DEVE ABRANGER A FAIXA AUDÍVEL DE 20 HZ A 20 KHZ.	UNIDADE	1	2086.8333	2.086,83
007	EPI - BOTINA COM COTURNO, PADRÃO MILITAR, PROTEÇÃO NAS PONTAS, COM TRAVAS DE ALTA PERFORMANCE E ADERÊNCIA EM ROCHA, GRAMADO E LAMA.	PAR	4	251.5333	1.006,13
008	FILTRO DE PROTEÇÃO SOLAR, FATOR 70, CONTRA RAIOS UVA (λ : 320–400 NM, PROTEÇÃO MÍNIMA DE 98%) E UVB (λ : 290–320 NM, PROTEÇÃO MÍNIMA DE 99%), EMBALAGEM DE 200ML. BASE: CREME, GEL OU LOÇÃO PARA FÁCIL APLICAÇÃO E RÁPIDA ABSORÇÃO. RESISTÊNCIA À ÁGUA: PROTEÇÃO EFICAZ POR ATÉ 80 MINUTOS DURANTE A EXPOSIÇÃO À ÁGUA OU SUOR. HIPOALERGÊNICO: MINIMIZA O RISCO DE IRRITAÇÕES OU ALERGIAS CUTÂNEAS. SEM PERFUME E CORANTES ARTIFICIAIS: PARA PELES SENSÍVEIS.	UNIDADE	10	75.0000	750,00
009	PORTA-CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO DESLIZANTE CAPA PROTETORA, COM CORDÃO ACHATADO, DE CRACHÁ DE PLÁSTICO VERTICAL RÍGIDO, PARA IDENTIFICAÇÃO. COR PRETA. TAMANHO: LARGURA 70 \pm 5 MM POR 120 \pm 5 MM.	UNIDADE	4	43.5967	174,39
VALOR TOTAL = 17.344,37					

3. DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1. O **prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses** contados da assinatura do contrato.

3.2. A empresa contratada deverá iniciar a prestação dos serviços solicitados de acordo com o pedido feito pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.3. O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

3.4. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como motivação o cumprimento das obrigações firmadas no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, celebrado no âmbito do Inquérito Civil n. 0028.23.000031-8, entre o Município de Bom Jardim de Minas e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Promotoria de Justiça de Andrelândia. O referido TAC estabelece medidas corretivas urgentes a serem implementadas pelo Município, especialmente relacionadas à segurança do trabalho e à proteção da saúde dos servidores públicos no desempenho de suas funções.

Portanto, os objetivos desta contratação concentram-se em viabilizar a imediata implementação das ações exigidas pelo TAC, assegurar a regularização das condições de trabalho conforme as normativas vigentes e resguardar a responsabilidade administrativa do Município de Bom Jardim de Minas diante dos prazos legais estabelecidos.

5. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1. A estimativa da contratação foi realizada com base na pesquisa de preços realizada com três empresas distintas.

6. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Município de 2025, em dotação específica a ser informada.

7. DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

7.1. Em Bom Jardim de Minas ainda não foi implantado o Plano Anual de Contratações, de forma que neste momento não existe o alinhamento entre a presente contratação e o plano de contratações.

8. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

8.1. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas nesse Termo de Referência.

8.2. A Empresa licitante que se sair vencedora do certame licitatório deverá disponibilizar os serviços da melhor forma a atender às necessidades do Município;

8.3. A empresa vencedora responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE;

8.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO:

9.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade do Contratado, o fornecimento será fiscalizado pelo Município, através de servidor designado para tal função, a qualquer hora, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal nº. 14.133/21.

9.2. O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo recusar os fornecimentos, no todo ou em parte, sempre que não atender ao estipulado no contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 São obrigações da Contratante:

10.2. Efetuar o pagamento a CONTRATADA no prazo e forma estipulados no contrato mediante documento hábil de quitação.

10.3. Solicitar o fornecimento em conformidade com suas necessidades durante o período de contrato;

10.4. Emitir ato designando o responsável pela fiscalização da execução dos serviços.

10.5. O Município deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos fornecimentos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, diretamente ou por meio de Preposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes deste Termo de Referência;

10.6. Compete ainda ao Município:

- a) Quitar o cumprimento financeiro assumido com a(s) licitante(s) vencedora(s), desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Notificar, formal e tempestivamente a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento da Ata;
- c) Notificar a(s) licitante(s) vencedora(s) por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- e) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução contratual;
- f) Todas as demais obrigações constantes neste Termo de Referência, que fará parte integrante da contratação;
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Fornecer os serviços solicitados conforme Ordem de Serviço, Termo de Referência e demais documentos emitidos pela Administração devidamente assinada por servidor competente para tal;
- 11.2. Comunicar imediatamente e por escrito ao Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 11.3. Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos serviços, objeto da presente Licitação;
- 11.4. Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
- 11.5. Considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante na Ata; comunicar ao Município Contratante modificação em seu endereço ou informações de contato.
- 11.6. Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora.

11.7. Realizar, com seus próprios recursos todos os fornecimentos relacionados com o objeto contratado, de acordo com as especificações estipuladas pelo Município.

11.8. Prestar, dentro dos prazos, os fornecimentos contratados de acordo com as necessidades e determinações do CONTRATANTE, obedecendo a todas as exigências estabelecidas neste termo;

11.9. Comunicar formalmente quaisquer alterações provenientes de caso fortuito ou de força maior, que gere fato impeditivo da execução do contrato.

11.10. Fornecer mão-de-obra especializada arcando com a devida remuneração e demais encargos exigidos;

11.11. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas aos fornecimentos, responsabilizando-se pela qualidade do mesmo, bem como pela segurança de seus empregados.

11.12. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados na execução dos fornecimentos contratados.

11.12.1. Responsabilizar-se por todos os atos, acontecimentos e acidentes com seus funcionários no período do fornecimento, excluindo o Contratante de qualquer responsabilidade cível, criminal e de qualquer espécie.

11.13. O CONTRATADO responde, por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros, comprovada a culpa ou dolo.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

14.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

14.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

14.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

14.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

14.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

15.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou.

15.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no processo original.

15.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

15.10. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente e irregular com os órgãos fiscais, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação

financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a previsão em contrato.

16. DA FORMALIZAÇÃO, VIGÊNCIA, RESCISÃO E PUBLICIDADE

16.1. O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

16.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

16.3. A Licitante que convocada para assinar o Contrato deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluída.

16.4. Na hipótese do não atendimento à convocação ou havendo recusa em fazê-lo, o Município aplicará as penalidades cabíveis.

16.5. O Contrato terá seu extrato publicado no site oficial da Prefeitura, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se pertinente.

16.6. A rescisão do contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III-determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

17.1. A execução deverá ocorrer em **até 10 (dez) dias úteis a contar da data de envio da Autorização de Fornecimento.;**

17.2. Os fornecimentos, objeto desta Licitação, deverão ser executados em perfeita condição de utilização e normas da ABNT;

17.3 Os fornecimentos deverão ser executados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços até findar a vigência da mesma.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

18.1. O objeto do contrato será recebido de forma **provisória e definitiva**, as quais serão realizados na forma do art. 140, inciso I da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, observadas as demais condições previstas em procedimento interno para o recebimento dos serviços do contrato:

18.1.1. **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

18.1.2. O Recebimento Provisório só poderá ocorrer se satisfeitas as seguintes condições:

a) Realização de todos os ensaios e testes, envolvendo a completude de todos os fornecimentos envolvidos na execução;

b) Realização de todas as medições e/ou apropriações referentes a reduções, acréscimos e modificações;

c) A fiscalização do Município realizará o levantamento de eventuais pendências executivas a serem satisfeitas pela Contratada.

18.1.3. **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

18.1.3.1. O(s) Termo(s) de Recebimento Definitivo do(s) serviço(s) contratado(s) será(ão) lavrado(s) de acordo com o constante no art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021; **em 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, desde que satisfeitas as seguintes condições:**

a) Atendidas todas as reclamações do Município referentes a defeitos ou imperfeições verificadas em quaisquer elementos dos serviços;

b) Solucionadas todas as reclamações porventura feitas, quanto à falta de pagamento de operários ou de fornecedores de materiais, de encargos sociais e tributários concernentes à execução do objeto, ou, ainda, de prestadores de serviços empregados na execução dos fornecimentos;

c) Entrega dos seguintes documentos: Comprovante de inexistência de débitos para com o Sistema da Seguridade Social, e FGTS e Certidões negativas de que não pesam sobre os serviços quaisquer ações judiciais por prejuízos causados a terceiros.

18.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.4. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

19. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

19.1 A contratada obriga-se a executar os fornecimentos licitados em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo Município, este responsável pela emissão das requisições, com especial observância dos termos deste Instrumento Convocatório e Contrato/Nota de empenho.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município poderá sujeitar a Detentora/Contratada às penalidades seguintes:

a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156, III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

20.2. Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, a Detentora/Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

20.3. Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

20.3.2. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

20.3.3. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

20.3.4. A Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

20.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

20.5. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

20.6. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

20.6.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

20.6.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.6.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

20.6.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.6.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.6.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.6.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.6.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

20.6.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.6.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.6.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.6.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

20.6.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.7. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 19.6.1. deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 21.6.1 a 21.6.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 21.6.2 a 21.6.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 21.6.8 a 22.6.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

20.7.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.7.1.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

20.7.1.2. As peculiaridades do caso concreto;

20.7.1.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.7.1.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

20.7.1.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.9. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.

20.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021;

20.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

21. DO REAJUSTE

21.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

22. ALTERAÇÕES DO CONTRATO

22.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 126 da Lei nº 14.133/2021.

22.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 126 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

23. EXTINÇÃO DO CONTRATO

23.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

23.2. A extinção do contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III-determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

23.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

23.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

23.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

23.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

23.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

23.5.3. Indenizações e multas.

24. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

24.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Qualquer omissão referente ao teor deste Termo de Referência deverá ser suprida de acordo com a Lei Federal 14.133/2021.

Bom Jardim de Minas/MG, 26 de março de 2025.

José Nogueira da Cunha

Secretário de Obras e Urbanismo
Matrícula 2960